

A POLÍTICA DE ALIANÇA DE CLASSE (II)

Por Francisco Pereira de Farias*

Resumo: o texto volta-se para a análise da política de aliança do partido de representação de classe no Brasil. Serão vistos os traços básicos dessa política em dois períodos: o ciclo do Partido Comunista Brasileiro (1930-64) e o ciclo do Partido dos Trabalhadores (1982-16).

Palavras-chave: política de classe; PCB; PT.

Abstract: this paper aims to analyze the politics of alliance in working class party in Brazil during the moments: the cycle of the Partido Comunista Brasileiro (1930-64) and the cycle of the Partido dos Trabalhadores (1982-2016).

Keywords: class politics; PCB; PT.

A primeira parte deste artigo foi dedicada à análise do partido de representação de classe; discutiu-se a função mandatária do partido de classe e os obstáculos surgidos ao exercício deste papel. Aqui voltaremos nosso olhar para análise da política de aliança do partido classista no Brasil. Veremos os traços básicos dessa política do partido da classe assalariada em dois períodos: o ciclo do Partido Comunista Brasileiro (1930-1964) e o ciclo do Partido dos Trabalhadores (1982-2016).

1 O ciclo do PCB

A historiografia sobre o PCB tem no trabalho de CHILCOTE (1982) um dos seus pontos elevados, pelo efeito provocado de sua inserção na tradição de estudos sobre a vida partidária no Brasil. Trata-se, para esse autor, de produzir um estudo sociográfico bem informado sobre as principais controvérsias teóricas relativas ao objeto pesquisado. A nossa exposição sobre a questão da política de aliança do PCB vem em parte apoiada neste trabalho de R. Chilcote.

A importância do PCB como força política veio se dar na primeira metade da década de 1930 por meio da sua influência no programa reivindicativo da Aliança Nacional Libertadora (ANL). O projeto político delineado era de viabilizar o desenvolvimento capitalista no Brasil – por meio da industrialização em bases privadas e nacionais e de uma ampla reforma agrária contra o latifúndio semi-feudal – para preparar a passagem ao “socialismo”. Em termos táticos, assim, o PCB lutava por uma “revolução democrático-burguesa”; uma revolução não no sentido político, pois já havia ocorrido uma transformação burguesa do tipo de estrutura jurídico-administrativa do Estado brasileiro entre 1888-1891, com a abolição do direito escravista e a instauração das regras administrativas com base no critério de mérito, e sim de caráter econômico: a difusão do trabalho assalariado no conjunto da formação social e a transformação das relações semi-servi no campo.

Em consonância com esse projeto para o imediato, o posicionamento do partido em boa parte das questões de política econômica divergia dos pontos de vista da burocracia estatal. Enquanto os dirigentes estatais tendiam, por exemplo, a enfocar os problemas da inflação e do déficit externo a partir da relação com o desempenho da balança comercial do país, os Comunistas enfatizavam a falta de controles pelo Estado especialmente sobre as remessas de lucro e o bloqueio do mercado interno pela ausência de uma reforma agrária e pela cooptação e a repressão à luta sindical. A prática do PCB, no pós-1930, estava polarizada pelas temáticas da política salarial, da questão agrária e do imperialismo – cujas diretrizes comporão o programa da ALN de oposição ao governo.

A tentativa do PCB em depor o governo pelas armas em 1935 deveu-se em boa medida à presença do grupo de ex-tenentes, sob a liderança de Prestes, que aderira ao Partido. A visão militarista de Prestes, já como principal liderança do partido, subavaliou o apoio que os Comunistas tinham junto à maioria social para adotar essa forma de luta.

Após a derrota desta tentativa insurrecional, o PCB reorientou seu método de luta para linha constitucionalista, engajando-se no processo de redemocratização de 1945. O partido passara a defender, desde 1943, no contexto de participação do governo brasileiro na guerra contra o eixo Nazi-Fascista, a política de “União Nacional”. O apoio ao governo Vargas em sua intervenção no conflito internacional tinha como contrapartida as reivindicações da volta da democracia e a anistia aos

presos políticos, incluindo o líder do partido, Luiz Carlos Prestes.

Com a volta da legalidade dos partidos políticos em 1945, após a ditadura do Estado Novo (1937-45), o PCB lançou candidato próprio à eleição de Presidente da República, obtendo cerca de 10% dos votos, e conquistou uma expressiva bancada na Assembleia Constituinte de 1946. Na Constituinte, a bancada Comunista debateu os temas que polarizavam a classe trabalhadora, mas estava em posição minoritária; a avaliação de um analista é de que, na Carta do Pós-Guerra, os parlamentares majoritários que a redigiram “foram fortemente influenciados pelas ideias do liberalismo econômico, das quais o Estado Novo se havia desviado” (GIOVANETTI NETO, 1986, p. 80).

A força eleitoral dos Comunistas deveu-se, em parte, a sua inserção no movimento de trabalhadores. Vários são os índices dessa inserção; primeiro, nas eleições de 1945, a maioria dos trabalhadores manuais da cidade de São Paulo votou no PCB; segundo, dos 14 deputados Comunistas eleitos à Assembleia Nacional Constituinte, 09 seriam identificados de origem na classe trabalhadora; terceiro, o PCB tinha influência preponderante na Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria e na Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito; quarto, os militantes Comunistas controlavam o maior sindicato no Brasil - o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo; quinto, a imprensa e os meios de propaganda do PCB, diferentemente de seus opositores não-comunistas nas grandes cidades, dedicavam-se à causa do movimento de trabalhadores.

Os trabalhadores jogaram um papel ativo na conjuntura da redemocratização de 1945, em especial com a greve nacional dos bancários como ponto alto do movimento trabalhista. Os bancários tinham conseguido desencadear uma greve para pressionar os patrões e o Estado, e obtiveram que o PCB assumisse uma posição mais combativa. O partido surgia “para milhares de trabalhadores, não como o partido que mandava ‘apertar os cintos’, mas como o partido que desafiava a exploração econômica, a miséria” (FRANK ALEM, 1981, p. 195). Com isso, “um novo padrão de relacionamento entre o Estado e o movimento sindical foi sendo paulatinamente estabelecido, à medida que os sindicatos, a maioria deles sob a influência do PCB, foram se colocando na direção das lutas econômicas dos trabalhadores” (IDEM, p. 231).

A força eleitoral dos Comunistas explica-se também pela sua política de “União Nacional”. A coligação PCB-Vargas significava uma aliança da classe trabalhadora com o projeto de industrialização da burocracia do Estado, projeto que não era inteiramente coincidente com o da burguesia industrial. Enquanto os agentes governamentais sustentavam um modelo industrial centrado na participação da empresa estatal (siderurgia, petróleo, energia elétrica), no controle da presença do capital estrangeiro (remessa de lucros, exploração dos recursos naturais, dívida externa) e na regulamentação das relações de trabalho (salário-mínimo, assistência à saúde, férias, aposentadoria); os representantes industriais se posicionavam contrários ao monopólio estatal na indústria de bens de produção, à regulamentação do investimento estrangeiro no setor produtivo e à implementação das leis trabalhistas. Assim, no contexto das décadas de 1930/1940, o Estado brasileiro representava não a hegemonia da burguesia industrial, mas sim os interesses institucionais globais (centralização política, intervencionismo econômico) da burguesia; ao mesmo tempo que esse Estado exigia sacrifícios de interesses específicos das frações (industrial, mercantil) dessa classe. O partido, quando se coligou a Vargas, tratava como aliado o conjunto da burguesia brasileira. Um sinal da autonomia do partido nessa aliança era que ele não adotava, em questões importantes (inflação, déficit externo, salário, questão agrária, imperialismo), a visão econômica do nacional-desenvolvimentismo, dominante no aparelho de Estado.

A posição do PCB frente aos primeiros anos do governo Dutra (1946-47) não podia deixar de ser crítica, apesar da linha política do partido de União Nacional. Embora tivesse o cuidado de evitar um ataque sistemático ao governo do general Dutra, eleito com o apoio de Vargas, estava presente no discurso Comunista a preocupação com os enclaves liberais e conservadores no governo. A III Conferência do PCB, em julho de 1946, expressava sua linha constitucional-aliancista: “acatar as decisões das autoridades e lutar pela solução pacífica dos problemas nacionais, não significa ficar de braços cruzados nem se conformar oportunisticamente, sem protesto, com as arbitrariedades e violências” (CARONE, 1982, p. 67). Em 1947, a pretexto de o PCB estar atrelado aos interesses da URSS, o governo Dutra aprovou a cassação dos direitos políticos do partido e recrudescer a repressão ao movimento sindical sob sua influência, a exemplo

das categorias dos portuários e bancários - como formas de concretizar a visão liberal governista em matéria de política salarial.

Enfim, a política do PCB durante o processo da redemocratização de 1945-46 significou que uma parte da classe trabalhadora não se encontrava subordinada ao bloco no poder, apesar de buscar uma aliança com os seus representantes, em favor da ampliação de reformas políticas e econômicas. Movendo-se no campo político sem opor a independência e a aliança, o PCB teve uma prática marcada pelos “sinais da dissidência” em relação aos governos de Vargas e de Dutra, posicionamento distinto de uma política “colaboracionista” ou política de apoio.

2 O ciclo do PT

O trabalho de SINGER (2012) procura decifrar os significados das práticas do Partido dos Trabalhadores e do governo Lula a partir das relações de classes. A sua visão da relação do governo Lula e a classe dominante privilegia os conflitos entre, de um lado, a ‘coalizão rentista’ (capital ‘financeiro’ nacional e internacional) e, de outro, a ‘coalizão produtivista’ (capital industrial e classe trabalhadora). A nossa análise da política de aliança do PT referencia-se, em parte, nesta visão de A. Singer.

Durante a transição ao capitalismo industrial no Brasil (1930-1964), o campo da esquerda socialista havia sido liderado pelo PCB, que surgira filiado à IIIª Internacional Comunista, sob a liderança do PC da URSS. No modelo soviético, o Estado era encarregado de controlar a propriedade dos meios de produção e de planificar a economia. Havia a predominância dos planos centralizados, que se referiam à economia e a cultura. A divisão do trabalho técnico e social foi intensificada. E o partido único tornou-se o órgão supremo do Estado. Assim, a Internacional Comunista e o PCB estavam comprometidos com uma concepção estratégica que, intervertendo o programa socialista, passou a defender os interesses, por assim dizer, de uma nova classe dominante, a burguesia de Estado.

No entanto, desde sua fundação em 1922, o PCB manteve uma coerência de objetivos táticos, sustentando, nas condições históricas da sociedade brasileira, o programa de caráter nacional-democrático, e não ainda “socialista”. Embora tenha mudado de método quanto à perseguição dos fins imediatos, adotando o partido ora a prática insurrecional, ora a legalista – em função da conjuntura política. O programa político imediato era o de viabilizar o desenvolvimento capitalista no país

por meio da industrialização em bases privadas e nacionais, e de uma ampla reforma agrária contra o latifúndio tradicional.

Mas, no processo da industrialização, a burguesia industrial não se mostrou favorável à aliança com a classe assalariada. Dada sua condição ambígua em dispor de uma base de acumulação própria e ao mesmo tempo depender monetariamente do capital agromercantil, a fração industrial preferiu voltar as costas à tese do capitalismo nacional-democrático. Como não tinha força para subordinar no interior do bloco no poder os interesses da economia agromercantil, a liderança industrial aderiu, não sem momentos de hesitação, como na Guerra de 1932 e na deposição do Presidente Getúlio Vargas em 1954, ao compromisso de equilíbrio político que sustentava os governos nacional-desenvolvimentistas. Porém, com o avanço do processo de industrialização, a burguesia industrial passou a organizar-se para a conquista da hegemonia política, viabilizada com o golpe civil-militar de 1964.

No processo de abertura democrática do final dos anos 1970, vários fatores convergiram para formação do PT como expressão da interdependência entre organização partidária e classe social; primeiro, a emergência do sindicalismo menos subordinado à institucionalidade do Estado; segundo, a mobilização dos movimentos sociais urbanos; terceiro, a renovação do catolicismo tradicional com a Teologia da Libertação e as Comunidades Eclesiais de Base; quarto, a reorganização da militância dos agrupamentos de esquerda socialista. Mas talvez possamos dizer que o elemento determinante, em última instância, do surgimento desta nova força partidária de esquerda foram as consequências da hegemonia do empresariado industrial, que elevou as taxas de crescimento econômico, mas sem possibilitar a reprodução ampliada da força de trabalho, ao beneficiar-se do regime repressivo do Estado.

O PT nasceu no Brasil como manifestação da nova esquerda socialista. Reivindicava uma visão crítica da experiência chamada socialista, contrapondo a essa experiência o controle dos meios de produção pelos trabalhadores, o planejamento descentralizado, o pluralismo partidário; e propunha a conquista da direção do Estado burguês com base no programa “democrático-popular”, impulsionado pelos movimentos sindicais e sociais. No intervalo de uma década veio tornar-se a principal força partidária no campo da esquerda brasileira, em razão, em parte,

da crise do PCB, provocada pelo golpe civil-militar de 1964, que fez desacreditar o programa “nacional-democrático”; e, outra parte, pela ascensão das lutas reivindicativas e de oposição ao regime militar.

As aspirações da maioria eleitoral que deu vitória à candidatura de Lula na Presidência da República em 2002 foram apresentadas nos documentos (1) “Concepções e diretrizes do programa de governo do PT para o Brasil – Lula 2002”; (2) “Carta ao Povo Brasileiro”; (3) “Programa de Governo 2002 – Coligação Lula Presidente – Brasil para todos”. O teor das diretrizes de política econômica e social apontava para medidas tais como: honrar os contratos e preservar o superávit primário; proteção à produção nacional, reduzindo as altas taxas de juros e empreendendo uma reforma tributária; regulação da entrada de capital estrangeiro; incentivo às exportações; proteção ao emprego; ampliação das políticas sociais. (Cf. MARTUSCELLI, 2015.)

A política econômica no primeiro ano do governo Lula assumiu um perfil de transição, combinando a manutenção de medidas de estabilidade monetária com iniciativas na área social. Sob a pressão do chamado “risco Lula” (a expectativa de agentes do mercado monetário que continuasse o ataque especulativo da fuga de capitais iniciado durante a campanha eleitoral, mesmo após ter exposto a suas intenções de governo na Carta aos Brasileiros), o Presidente Lula nomeou uma equipe econômica que tomou medidas conservadoras, como o ajuste fiscal e a reforma da previdência, sob a alegação de evitar os riscos inflacionários. Paralelamente, os investimentos em programas sociais começaram a trazer para a base de apoio ao governo os setores mais pobres. Em seguida, a mudança da equipe econômica, abandonando a orientação conservadora da política econômica, substituindo-a por um modelo de desenvolvimento que articulava crescimento econômico com políticas de distribuição de renda e estabilidade monetária, mostrou a “intuição” e o “pragmatismo” do Presidente Lula. (Cf. SADER, 2013.)

Os dados apontam um desempenho positivo nos indicadores econômicos e sociais do país. A taxa de inflação decresceu, registrando os índices de 9,3%, em 2003, e 3,1%, em 2006. Ao mesmo tempo, o governo conseguiu reduzir os juros em quase metade; a taxa Selic, que atingiu em maio de 2003 o índice de 26,3%, chegou ao final de 2006 com o índice de 13,2%. Por sua vez, deu-se o aumento gradual do salário mínimo, que passou de R\$ 302 para R\$ 402 no período. Embora os gastos com saúde e educação não tenham progredido na mesma

proporção, houve uma ampliação significativa na área de proteção social, que passou do patamar de 13,7% para 20,5%, entre 2003-2006.

Esses resultados foram, em boa parte, produtos da frente de forças sociais e políticas, que conseguiu reverter o padrão de desenvolvimento socioeconômico dos governos anteriores sob a orientação do pensamento neoliberal. Por um lado, a coligação PT (Lula) e PL (José de Alencar) induzia a um acordo tácito das lideranças de trabalhadores – CUT, MST – e setores empresariais nacionais – FIESP, FEBRABAN – em torno de uma nova política de desenvolvimento econômico e social. Por outro lado, iniciativas conjuntas das lideranças empresariais e dos trabalhadores repercutiam no interior do aparelho governamental, como o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, cujo funcionamento envolvia a negociação de patrões e empregados.

A vitória dessa coalisão política pressupunha dois condicionantes. Primeiro, o condomínio de interesses no sistema hegemônico entre a fração dos bancos e a fração industrial; tal equilíbrio de posição deveria se chocar com as diretrizes da política neoliberal – desregulamentação monetária, taxas de juros elevadas –, que privilegiavam os interesses dos bancos dentro do grande capital. Segundo, os setores empresariais hegemônicos deveriam conceder de fato ganhos para as classes trabalhadoras; isso implicava um novo padrão de política trabalhista e social, que possibilitasse a reprodução ampliada da classe assalariada. Como declarou um dirigente sindical, “era preciso romper flancos no campo adversário e construir alianças. Em reunião do CDES defendi o emprego e o salário para fortalecer o mercado interno como forma de enfrentamento da crise” (cf. HENRIQUE, 2013).

Em síntese, o PT e a CUT praticaram uma política de aliança de classe, cujos resultados mostraram que no global foram de ganhos reais para os interesses da maioria social, sem deixar de privilegiar os interesses hegemônicos do capital; todos ganharam, mas não na mesma proporção. Afinal, o governo de esquerda ou centro-esquerda se instalou sem revolucionar as estruturas do Estado burguês, que, pelos seus valores e pela sua institucionalidade limitada a tais valores, impõe invariavelmente a convergência da política estatal aos interesses da classe dominante ou da sua fração hegemônica. Mais concretamente, as alianças Lula-Alencar e CUT-FIESP produziram efeitos que ampliaram de fato o bem-estar da maioria social,

num contexto em que frações da burguesia (multinacionais, grande comércio, bancos estrangeiros) patrocinavam a adoção de políticas regressivas dos direitos sociais; ao mesmo tempo, essas alianças ensejaram a estabilidade política para consecução de um programa neodesenvolvimentista.

Referências:

- BRANDÃO, G. M. *A esquerda positiva: as duas almas do Partido Comunista – 1920/1964*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- CARONE, E. *O PCB (1943-1964)*. São Paulo: Difel, 1982.
- CHILCOTE, R. *Partido Comunista Brasileiro*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- FRANK ALEM, S. *Os trabalhadores e a “Redemocratização”*. Dissertação de Mestrado, Unicamp, 1981.
- GIOVANETTI NETO, E. *O PCB na Assembleia Constituinte de 1946*. São Paulo: Novos Rumos, 1986.
- HENRIQUE, A. Um olhar dos trabalhadores: um balanço positivo, uma disputa cotidiana e muitos desafios pela frente. In SADER, E. (org.). *Dez anos de governos pós-neoliberais no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARTUSCELLI, D. *Crises políticas e capitalismo neoliberal no Brasil*. Curitiba: CRV, 2015.
- SADER, E. A construção da hegemonia pós-neoliberal. In SADER, E. (org.). *Dez anos de governos pós-neoliberais no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- SINGER, A. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

*** Doutor em Ciência Política pela Unicamp, professor Adjunto ao Departamento de Ciências Sociais e membro do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPI.**